

Falta de acordo ameaça o esforço

Aldori Silva 1.10.88

As lideranças partidárias reúnem-se hoje de manhã para tentar definir, mais uma vez, a pauta de votação do esforço concentrado que deveria ter começado na terça-feira passada. Mesmo que desta vez seja obtido um acordo em relação à pauta, dificilmente o Congresso conseguirá aprovar até amanhã um dos principais temas, que é a fixação do novo piso salarial, exigindo assim a reutilização de medidas provisórias ou decretos presidenciais. O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), considera cinco projetos essenciais para a inclusão nessa pauta: o piso salarial, lei de greve, lei do inquilinato, lei da usura (que regulamenta os juros de 12% ao ano), e a regulamentação das eleições presidenciais, além do Orçamento da União para 89 e o regimento interno da Câmara, considerados por ele como "corriqueiros".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, afirmou que os impasses nas negociações não impedem que o Congresso vote alguns projetos ainda este ano. Observando que "está no esforço o tempo todo", Lourenço disse que prioritários são os projetos do piso salarial, do orçamento e da lei de greve. Na sua opinião, os outros assuntos são "delicados" e exigem uma apreciação mais "cuidadosa e negociada", e acrescenta que "tabelamento dos juros não é prioritário".

Intransigência

As mesmas imposições que o líder do PFL faz para apoiar o projeto do piso salarial incidem sobre os outros temas. Lourenço se recusa a assinar qualquer pedido de urgência sem um acordo prévio no mérito, ou seja, sem que as lideranças se comprometam antecipadamente

a aprovar tal projeto. Ele, porém, não exige a unanimidade para isso, afirmando que se o PMDB, PFL, PDS, PSDB, PDT e PT chegarem a um consenso "já é o suficiente". Não admite, no entanto, que seja atingida uma maioria que exclua o PFL, e afirma que, neste caso, "deixa de ser maioria".

O vice-líder do PCB, Augusto Carvalho (DF), espera que o PFL mude a postura durante sua reunião de hoje. Ele afirmou que aceita "a demonstração de força pelo voto e não por omissão". Apesar de evitar as críticas diretas, o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, afirmou que seria mais sensato que os partidos concordassem em permitir a tramitação dos projetos e discutir o mérito no plenário, o que, na sua opinião, agilizaria as votações. Concorde que para isso é necessária também uma disposição de negociar, exemplificando com a lei do inquilinato, que está com a urgência aprovada há mais de um mês e até hoje não foi votada.

O fracasso do esforço concentrado não seria novidade no Congresso. O mais recente aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de outubro, quando o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena



José Lourenço faz imposições

(PMDB—PB), convocou um esforço para a apreciação de vários decretos-leis e medidas provisórias assinadas pelo presidente José Sarney, logo após a promulgação da Constituição. Como estavam a pouco menos de um mês das eleições, os parlamentares não compareceram e não houve sequer reunião de lideranças para tentar obter sucesso no esforço.